

À sombra do cacau: representações sobre trabalho forçado nas ilhas de São Tomé e Príncipe¹

In the shadow of cacao: representations of forced labour on the islands of São Tomé and Príncipe

Marina Berthet

Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF)
marinaannie@gmail.com

RESUMO: O artigo se propõe explorar fontes menos recorrentes² que falem das práticas de trabalho forçado nas ilhas de São Tomé e Príncipe (África) – colônias do Império português nessa época. Estabelecendo um diálogo entre essas diversas fontes, procuro descrever algumas ideias sobre trabalho forçado construídas por diversos atores sociais. O diálogo entre fontes escritas e orais é relevante para esboçar um retrato mais complexo da sociedade são-tomense da época colonial e que durante décadas recorreu a uma mão de obra agrícola submetida a diversas práticas de coerção. Entre correspondências administrativas e memórias, inicio neste artigo a reconstrução de uma história do trabalho forçado em São Tomé e Príncipe. Contratados cabo-verdianos, roceiros, agentes da Curadoria Geral e artistas cabo-verdianos são as vozes ouvidas e lidas. O recorte temporal foi definido em função da data de produção dos documentos de fontes escritas e orais, e corresponde às últimas décadas do século XIX até meados do século XX.

Palavras-chave: Representações; trabalho forçado; São Tomé e Príncipe.

ABSTRACT: *This article explores less recurrent sources telling of the practice of forced labour on the islands of São Tomé and Príncipe (Africa), which at the time were colonies of the Portuguese Empire. By dialoguing with these sources, it seeks to describe ideas about forced labour constructed by a variety of social actors. The dialogue between written and oral sources is key to sketching a more complex portrait of the society of São Tomé in colonial times, which for decades resorted to farm labour under a range of coercive relations. Drawing on administrative correspondence and memoirs, the article makes a start in reconstructing a history of forced labour on São Tomé and Príncipe. The voices heard and read include Cape Verdean hired hands, landless rural workers, agents of the Curatorship-General and Cape Verdean artists. The study period, chosen to reflect the dates when the documents on written and oral sources were produced, spans the final decades of the 19th century to the mid-20th century.*

Keywords: *Representations; forced labour; São Tomé and Príncipe.*

A temática do trabalho escravo e forçado no contexto da África colonial tem se mostrado um campo profícuo de análises que versam sobre questões jurídicas, éticas e morais (CAPELA, 1993; TORRES, 2008), balanços econômicos sobre a rentabilidade e os custos da mão de obra (CAPELA, 1993 e 2002; SANTOS, 2002). A multiplicidade dessas pesquisas, somada a novas abordagens que valorizam a interdisciplinaridade (entre História e Sociologia, por exemplo) e escolhem novos ângulos de entendimento – focando, por exemplo, nas memórias dos trabalhadores –, veio tornar esse campo historiográfico mais denso. Pesquisas inovadoras se debruçam sobre análises de jornais locais que denunciam o trabalho escravo e forçado (ZAMPARONI, 2004), sobre a questão da resistência africana ao colonialismo via mobilidade forçada (TOURÉ, 1984, CISSÉ, 2013 e TIQUET, 2014), sobre diversas fontes escritas e orais que desvendam as práticas cotidianas do trabalho do ponto de vista dos trabalhadores e dos administradores de plantações (FALL, 1993, 2011, e BALL, 2006). É nessa última linha de pesquisa que este artigo se inscreve. Em uma pesquisa mais abrangente, procuro entender quais são as representações que circulam sobre o trabalho forçado do ponto de vista dos migrantes e trabalhadores cabo-verdianos, dos agentes coloniais e patrões, e, ainda, por parte “dos que ficam”, como os artistas da sociedade cabo-verdiana (sociedade de origem desses trabalhadores). Para além das leis coloniais que definem e determinam as nuances entre “trabalho escravo”, “trabalho compelido”, “trabalho correccional” e “trabalho forçado”, olho para os atores do trabalho, suas memórias, suas apropriações e suas experiências vividas. Assim sendo, não pretendo promover uma discussão moral ou conceitual dos termos acima citados. Prefiro me basear nas definições que os indivíduos – confrontados com um sistema estruturado por normas, leis e critérios – criam a partir de suas experiências de trabalho, de desterritorialização, de confinamento e de mudanças. Enriqueço as informações⁵ e testemunhos obtidos por um corpus artístico criado por artistas que olham para a experiência do contrato. As relações entre arte e mobilidade têm sido analisadas, por exemplo, como uma questão intrínseca às mudanças e dinâmicas sociais (CANUT & MAZAURIC, 2014). Em outras palavras, as análises de diversas expressões artísticas podem fornecer informações sobre os fenômenos sociais estudados. Nesse sentido, me pergunto o que os fenômenos de produção e circulação da palavra artística (musical, poética, ligada a prosa....) nos ensinam sobre o trabalho forçado? Essas informações se tornam ainda mais valiosas quando sabemos da escassez de fontes escritas – salvo as transcrições de músicas e a literatura – quando o assunto é o ponto de vista dos trabalhadores. Cabe enfatizar que a maior parte das fontes escritas – estatísticas, faturas, relatos mensais internos, notificações e circulares confidenciais etc. – contemplam (ainda que parcialmente) a perspectiva dos administradores das sociedades agrícolas e de alguns órgãos governamentais.

Ball (2006), no seu trabalho sobre memórias de trabalhadores angolanos, menciona duas fontes cruciais para explorar essa temática. O autor aponta para a relevância da primeira fonte (escrita): os relatos de investigação encomendados para verificar suspeitas de trabalho

escravo (Relato Ross ou do Galvão). A segunda fonte (oral) se baseia nas entrevistas feitas com antigos contratados – em contexto de relatos ou de pesquisa – que auxiliaram o historiador na sua análise dos olhares e testemunhos dos trabalhadores sobre sua experiência do contrato. Creio, como afirmado anteriormente, que esse universo de fontes (orais e escritas) pode ser ampliado por diversas formas artísticas e referências culturais⁶ criadas em diferentes espaços-tempos por trabalhadores ou por artistas ou outras pessoas que desejam se expressar sobre esse fenômeno, criticá-lo ou comentá-lo.

O que procuro captar nesse corpus de expressões é a subjetividade⁷ do entrevistado, do trabalhador ou de outra pessoa que cria. Seguindo os passos do Portelli (1981, p.97), que enxerga a fonte oral como única e cuja riqueza reside na subjetividade⁸ de “quem fala”, entendo que essa subjetividade nos ajuda a melhor entender a construção das representatividades que circularam e ainda circulam sobre a época do trabalho escravo e forçado dos migrantes cabo-verdianos em São Tomé e Príncipe. A ideia de subjetividade escolhida aqui dialoga com o conceito de comunidade de sentimentos proposto por Appadurai (2005). Proponho pensar a criação de um imaginário local cabo-verdiano constituído como comunidade de sentimentos⁹ que compartilha laços de afeto e discursos, e considera a migração para São Tomé e Príncipe como “a pior migração” que os cabo-verdianos já vivenciaram. Isso leva os cabo-verdianos – instalados em São Tomé e Príncipe – a reconstruir suas memórias em função desse imaginário local, respondendo a essas representações distantes, contestando-as ou então alimentando o discurso acima mencionado.

Quando Eugênio Tavares (1867-1930), jornalista, poeta e cantor cabo-verdiano, escreveu em 1912 o soneto intitulado “Emigração (a propósito da emigração para S. Tomé)”, as ilhas já eram conhecidas por serem (terras) locais de desterro onde o trabalhador podia perder a própria vida por causa da doença do sono. O poeta indaga seus conterrâneos a apresentar os motivos que os levam a partir para as ilhas do cacau (São Tomé e Príncipe). As práticas escravistas ligadas à cultura do cacau de São Tomé e Príncipe já eram internacionalmente denunciadas em jornais locais das sociedades que forneciam trabalhadores (por exemplo Moçambique), em relatos confidenciais comanditados por empresas particulares (como Cadbury) e, posteriormente, pela Sociedade das Nações. Paradoxalmente, entre 1900 e 1910, essa colônia portuguesa já tinha sido algumas vezes primeira produtora mundial de cacau¹⁰. De modo geral, as acusações levavam à construção de uma correlação entre a persistência dos patrões em manter um regime de escravidão ou trabalho forçado nas suas *plantations* e o fato de as ilhas serem o primeiro produtor mundial de cacau. Após 1912, as ilhas nunca mais conseguiriam atingir esse patamar econômico; no entanto, as denúncias das violências perpetradas pelo regime colonial português vão sendo cada vez mais reforçadas como uma polifonia de discursos construídos no campo jornalístico, social e artístico. Em termos jurídicos, Portugal criou sua própria legislação relativa aos indígenas. Desde 1853, procura libertar os escravos (com obrigatoriedade de serviços pós- liberação), lança as bases

do contrato de trabalho (lei de outubro de 1853), prevê a obrigação de registrar os escravos (lei de dezembro de 1854). No entanto, apesar das diversas leis criadas entre 1850 e 1915 e das pressões internacionais, os governadores locais – da colônia produtora de cacau – que prometeram o declínio da escravatura (até mesmo sua extinção) atuaram paradoxalmente no sentido de encorajar a importação de mão de obra escrava, considerada imprescindível para a sobrevivência das sociedades agrícolas (chamadas localmente de roças). A importação de mão de obra estrangeira se torna mais recorrente após “a crise braçal de 1875” (Nascimento, 1992). Essa situação fez com que os contratados ou serviçais vivessem na condição de antigos escravos, e os patrões, conhecidos como roceiros, mantinham essa condição nas esferas de suas roças, assim como habitações para os serviçais (mais conhecidas como comboios ou senzalas). A recrudescência do *resgate*¹¹ de braços posterior a 1875 visava a compensar a perda da mão de obra liberta das ilhas que se recusava a permanecer nas roças. (Nascimento, 1992, p.328). Nessa época, a mão de obra estrangeira provinha essencialmente de Angola, mas Carreira sinaliza a importação de cabo-verdianos em meados do século XIX (Carreira, 1984, p.238). Quando Tavares se insurge contra a emigração cabo-verdiana para São Tomé, esse destino já era comum entre seus conterrâneos. O poeta revoltado caracteriza São Tomé e Príncipe como terra “*maldita, macilenta, tristonha e depauperada*”. No seu poema, o autor indaga aos cabo-verdianos sobre as razões da escolha das tristes ilhas de desterro como destino final para sua experiência migratória: “(...) *Mas por que ides, assim arrebanhada? A essa maldita terra de desterro/ É a fome que vos leva acorrentada?*”. O autor não entende a passividade dos migrantes: “(...) *Entregue a seu destino, indiferente / A tanto sofrimento, tanta dor!*”, e como solução preconiza a ida à América “*A terra do trabalho e liberdade*”. Oriundo de uma família mais abastada do que a maioria dos cabo-verdianos, Tavares parece ignorar as pressões dos governos locais para o recrutamento de trabalhadores em direção às ilhas e desconhece a realidade dos seus conterrâneos. No entanto, seu poema é crucial na construção de um discurso depreciativo de São Tomé e Príncipe e que marcará diversas gerações de artistas em Cabo Verde. Por meio de sua expressão artística, Tavares contribui para a criação de um imaginário local em que São Tomé e Príncipe é considerada uma “terra de desterro” em que até a morte é anunciada. Segue aqui a íntegra do soneto.

Como é triste e desolador
 Ver partir aos magotes esta gente
 Entregue a seu destino, indiferente
 A tanto sofrimento, tanta dor!
 Se a sorte ainda a traz à terra amiga
 Macilenta, tristonha, depaup´rada
 Com a doença do sono, já minada
 Ao cemitério um só coval
 mendiga
 Mas porque ides, assim arrebanhada?
 A essa maldita terra de desterro

É a fome que vos leva acorrentada?
 Aproveitai melhor a mocidade
 E ide mais distante, ide à América
 A terra do trabalho e liberdade.

A mortalidade dos trabalhadores, homens e mulheres e de seus filhos, é um dado constantemente avaliado pelos observadores estrangeiros e argumento (com base em estatísticas) utilizado para reforçar as denúncias internacionais sobre práticas escravistas portuguesas nas suas colônias. A mortalidade infantil é o cerne da circular confidencial emitida em 7 de agosto de 1929 pela Curadoria Geral dos trabalhadores indígenas da colônia de São Tomé e Príncipe¹², enviada ao Exmo. senhor administrador da roça Plancas (GOVERNO GERAL DA PROVÍNCIA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, 1929, p.1). Ela continha um resumo do despacho de sua Excelência o Governador.

Conheço muito bem os cuidados que os agricultores dispensam aos seus serviçais, a maneira como estão montados e apetrechados os hospitais das roças e a superior competência dos médicos que os dirigem. Julgo, em todo caso, oportuno lembrar a necessidade de tornar os cuidados cada vez mais efectivos ou intensos sobretudo no que diz respeito as crianças.

Os inimigos de São Tomé não desarmam; servem-se de todos os meios para desacreditar nossos métodos de trabalho ou para falsear o tratamento que aqui se dá ao serviçal. Voltam agora à campanha da mortalidade – que falsamente apregoam a 5,8% - num artigo publicado no *The anti-slavery reporter and the aborigenes friends*” de Londres, no mês passado. Nele se referem mais uma vez às infelizes estatísticas de Dr Eruto da Costa, e a muitas posteriores, onde figura um grande número de mortes sem diagnóstico da doença. O que Mr Burt (nome já muito nosso conhecido) atribui à falta de cuidados clínicos.

O facto já tem sido muito explorado, e torna a sê-lo agora, querendo confundir a falta de diagnóstico com a assistência médica. Este caso, apesar de ser totalmente falso, é, para nós, um dos mais graves porque infelizmente se baseia nas nossas próprias estatísticas. É necessário, portanto, que casos destes não se repitam, devendo figurar sempre nas certidões de óbito o diagnóstico da doença, e haver todo o cuidado na publicação de estatísticas, de não permitirem as falsas interpretações.

A Curadoria Geral chamará, para este melindroso assunto, a atenção dos administradores das roças, tornando-os responsáveis pela falta de cumprimento desta determinação. S. Tomé, 05 de agosto de 1929. F. Penteado. (...).

Por meio dessa circular confidencial, entende-se que eram constantes as relações e correspondências entre o órgão governamental de proteção aos Indígenas – nomeadamente a Curadoria Geral dos Indígenas – e os administradores de roças. Diante dos “inimigos”, a união entre roceiros e a curadoria fazia-se mais urgente para defender a imagem que Portugal retratava a propósito de sua administração colonial. O tom diplomático empregado no primeiro parágrafo deixa supor que as autoridades locais precisavam ser cautelosas com os roceiros para garantir seu apoio. O isolamento de Portugal na cena internacional é reforçado

no texto e leva o autor à construção de um sentimento de vitimização. Essa construção se baseia na existência dos “inimigos” sem rosto, capazes de recorrer a “todos os meios” (legais e ilegais) e que “falseiam” seus discursos e relatos sobre os tratamentos dados aos serviçais. As diversas campanhas promovidas pela Organização Internacional do Trabalho da época são conhecidas pelas autoridades coloniais que também leem os (inúmeros) artigos publicados nessa época sobre a temática do trabalho forçado e maus-tratos sofridos pelos trabalhadores das roças de cacau. As autoridades locais estão constantemente informadas sobre o assunto e conhecem, inclusive, os autores de tais relatos, artigos e estatísticas. São aqui mencionados Eruto Costa e Mr Burttt. Esse nome “já muito conhecido” se tornou famoso quando realizou uma missão de investigação comandada por *Cadbury Chocolate Company* (famosa empresa inglesa de fabricação de chocolate que comprava o cacau das ilhas de São Tomé e Príncipe). Joseph Burttt – funcionário e amigo dos irmãos Cadbury – viajou (entre junho de 1905 e março 1907) para São Tomé e Príncipe e Angola e Moçambique (outras colônias portuguesas). A missão se estendeu para a região do Transvaal (atual África do Sul).

Nessa época, o escândalo do cacau escravo já ecoava nas redes comerciais e nas mídias europeias. Pressionado e questionado sobre sua posição a respeito, William Cadbury organizou uma missão para averiguar as acusações. Após essa missão, Joseph Burttt participou ativamente de diversas campanhas antiescravagistas e, como indica a circular, provavelmente comentava os artigos e as estatísticas produzidos sobre São Tomé e Príncipe. Por fim, a carta nos leva a entender os tipos de discussões que circulavam e constituíam documentos comprovando as práticas de trabalho forçado, a partir das estatísticas produzidas pelos observadores e que, por ironia do destino, se baseavam nas estatísticas feitas pelos médicos dos hospitais e pelos roceiros. A campanha sobre mortalidade provavelmente levou à procura das certidões de óbito que não mencionam a causa da morte, o que, obviamente, levanta suspeitas.

Como é mencionado no texto, esse elemento “já tem sido muito explorado” e continua sendo um argumento crucial. O autor do texto nos explica então que os observadores – como Joseph Burttt o fez – tendiam a relacionar o número de mortes sem diagnóstico da doença a uma “falta de cuidados clínicos”. Conforme o raciocínio do autor, confundir a falta de diagnóstico com a ausência de assistência médica levava a conclusões enganosas e falsificadas, e a “*falsas interpretações*”. É interessante notar que a falta de diagnóstico de doença se tornou provavelmente uma prática generalizada entre os roceiros e médicos coniventes que não deviam se preocupar muito com as missões internacionais. Ainda que não esteja explícito nas recomendações feitas no texto, a proposta é falsificar as estatísticas, mentir sobre as verdadeiras causas da morte e manipular as estatísticas. “É necessário, portanto, que casos destes se não repitam, devendo figurar sempre nas certidões de óbito o diagnóstico da doença”. Caso o trabalhador morresse de maus-tratos, ele deveria ser diagnosticado com uma doença qualquer, e não poderiam ser indicadas as verdadeiras razões da morte. A reação da Curadoria, que parte de um artigo publicado para demonstrar sua indignação e reiterar o

fato de que não pode ser responsabilizada pelas práticas dos roceiros, nos permite entender a eficiência dos relatos internacionais pelo menos para acusar Portugal. O incômodo das autoridades locais diante de um artigo tem se manifestado constantemente ao longo de sua história com a OIT e com seus acusadores.

Creio ser relevante citar três relatos que provocaram um escândalo internacional apontando principalmente para o cacau escravo e a ira do império português quando foram publicados. O de Joseph Burt em 1907, do sociólogo Edward Ross em 1924 e o de Henrique Galvão em 1947, e uma monografia publicada em 1950-51. Esses relatos nos permitem ter acesso a diversas práticas administrativas e comerciais coloniais relativas ao sistema de trabalho forçado ao longo de quatro décadas durante o século XX. Considerando os limites e a proposta do artigo, citarei aqui apenas a monografia de Galvão (posterior ao seu relato). Vale enfatizar que nesses três relatos a questão da alta mortalidade entre os contratados é reiterada como prova de maus-tratos sofridos pelos serviçais.

Henrique Galvão (1895-1975) que foi capitão do exército português e inspetor da administração colonial portuguesa, tinha sido enviado a Angola nos anos 1940. Galvão escreveu romances, relatos e poemas (etc.) ao longo de sua vida. No seu relato de 1947, o agente colonial denunciava as diversas práticas burocráticas atreladas à manutenção de um sistema retrógrado de uso de mão de obra que tornava o sistema ineficiente e não valorizava as vantagens do trabalho livre. Galvão¹³ chegou a concluir que o sistema em vigor, contaminado pela alta corrupção, era mais cruel que a escravidão, e constatava que as péssimas condições de trabalho provocavam muitas mortes. Assim, ele observava que oficiais portugueses se tornaram agentes de recrutamento que enviavam trabalhadores para patrões que não pagavam aos agentes e roubavam os salários dos trabalhadores, cujos interesses eles supostamente deviam proteger. Segundo Ball (2006), o relatório de Galvão corrobora as conclusões tiradas mais de vinte anos antes por Ross. A constante problemática das condições de trabalho da mão de obra surge no decorrer da monografia quando Galvão analisa a situação social e política de São Tomé e Príncipe (GALVÃO; SELVAGEM, 1951).

Os autores vão escrever a monografia com base nas suas observações e leituras de textos de historiadores e não recorrem, por exemplo, a entrevistas feitas com trabalhadores. Os autores (a monografia foi escrita com Carlos Selvagem) vão reiterar a centralidade da questão da mão de obra no desenvolvimento de São Tomé e Príncipe (1951, p.271): *“Para São Tomé e Príncipe, tudo era produto da mão de obra escrava e não havia que contar nem com o trabalho dos nativos nem com o livre voluntário engajamento de negros das possessões portuguesas de Angola ou da Guiné pela memória odiosa do chicote do opressor branco”*. Os autores constatarem também que *“os problemas cruciantes continuavam a ser do capital e da mão de obra escrava”* (GALVÃO; SELVAGEM, 1951, p.271). Galvão e Selvagem concluem que, se tudo depende da mão de obra nas duas ilhas do Atlântico, os administradores e agentes coloniais, mas também os roceiros não conseguem *“fazer o nativo trabalhar”* porque parte deles não quer trabalhar

e a outra parte não aceita as condições de trabalho oferecidas. Os autores observam que os roceiros utilizam todos os meios possíveis para garantir o rendimento econômico de suas roças ao recorrerem ao “trabalho dos libertos do Estado”, obtidos por concessões legais ou por importação clandestina de negros (GALVÃO, SELVAGEM, p.289). Eles percebem que, décadas depois, o registro de libertos, obrigatório pelo decreto de dezembro de 1854, tornar-se-á um caos. Esse serviço de libertos e da importação de mais negros ensombra, porém, tão “auspicioso futuro pela burla infame das leis e pela consequente anarquia econômica e administrativa” (GALVÃO, SELVAGEM, 1951, p.289). Os autores prosseguem motivados pelo objetivo principal de apontar a burocracia administrativa como responsável pela corrupção generalizada que envolvia os agentes coloniais e os roceiros. Esses últimos são acusados de reincidir nas suas atividades ilegais, com fraudes, introdução clandestina de trabalhadores negros, perpetuação do tráfico apesar do Regulamento do Trabalho Indígena. Em seguida, os dois portugueses evidenciam a oposição entre os governadores e os grandes e pequenos patrões (incluindo nativos das ilhas) acerca da mão de obra e das condições de trabalho impostas a ela. Eles procuraram defender a importância do regime colonial para a economia de Portugal, mas tentando mostrar as vantagens do trabalho livre. Nas suas observações, consideravam que o sistema implementado em São Tomé e Príncipe correspondia a um sistema retrógrado de trabalho em que maus-tratos e péssimas condições de trabalho eram recorrentes e afundavam a colônia e, conseqüentemente, o Império. Nessa época, nos anos 1940, Portugal ainda não tinha ratificado a Convenção 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1930) sobre trabalho forçado ou obrigatório. Valia-se de sua autonomia na administração de suas colônias para não ratificar as Convenções Internacionais¹⁴ que procuravam padronizar as normas e direitos dos trabalhadores africanos colonizados. Com isso, podemos constatar que o Império português – aproximadamente até os anos 50 – resistiu de forma veemente às críticas, às acusações internacionais, e consolidou suas convicções sobre a relevância da coação da mão de obra para manter sua estabilidade econômica.

Os anos entre 1940 e 1960 em São Tomé e Príncipe são também retratados por trabalhadores que foram para São Tomé ou ainda vivem por lá. Por meio de diversas entrevistas e conversas informais entre 1999 e 2000, 2003 e 2005, passei a entender como os cabo-verdianos que ainda residem em São Tomé e Príncipe foram atores da história agrícola do país, construindo suas memórias em função do seu presente (BERTHET, 2009, 2011, 2012). A participação ativa desses antigos trabalhadores agrícolas na construção de memórias é notável quando eles passaram a criar referências coletivas que destoam das datas da história oficial. Essas reflexões são corroboradas pelo instigante trabalho de Carla Semedo (2016). Desse modo, observamos que os entrevistados criaram nos seus discursos indicadores temporais que remetem às suas próprias divisões do tempo histórico. Assim, “Tempo di branco” e “Tempo de Estado” (“Tempo de Empresa” segundo SEMEDO, 2016) fazem referência ao tempo colonial que termina no dia 25 de abril de 1974 (e não na data

oficial da Independência são-tomense de 12 de julho de 1975), e o “Tempo de Estado” começa com a saída dos brancos e se entrelaça ao tempo das distribuições de terras a partir do início dos anos 1990. Além desses marcadores temporais, os trabalhadores recordam com exatidão suas tarefas laborais cuja eficiência era medida pelas quantias arremessadas no dia a dia. A lembrança das dores sofridas pelo corpo, que se torna a mais valiosa arma de existência, resistência e reconhecimento social. O corpo ferido é o corpo que trabalha, que pode ser curado e voltar a trabalhar, mas o corpo doente é o corpo que não é mais eficiente, rejeitado e aposentado. Os relatos sobre os maus-tratos são variados e dependem da história do trabalhador, do tipo de trabalho que ele exercia, de sua inserção social na roça, das relações mantidas com os capatazes e feitores (...). Se alguns lembram o estrume que caía do cesto transportado e escorria pelo rosto do carregador, das humilhações, outros lembram que pelo menos tinha comida boa e hospital de boa qualidade. Ball (2006, parágrafo 39) sugere a noção de *grey memories* para entender que, na construção das suas memórias, os trabalhadores angolanos valorizam as condições de trabalho do tempo colonial em contraste com os horrores da guerra civil angolana do tempo presente¹⁵. Julguei pertinente citar um trecho de um entrevistado por Ball (2006, parágrafo 25) para trazer vozes angolanas a serem comparadas (em outros estudos) com vozes cabo-verdianas sobre a experiência do trabalho forçado. Ball (2006) explica que, ainda nos anos 40, os indígenas tinham a obrigação de se deslocar nos distritos angolanos com suas guias de circulação¹⁶. Os que não a possuíam e fossem revistados eram passíveis de ser enviados para São Tomé, terra temida porque afirmava-se em Angola que em São Tomé havia uma porta de entrada e nenhuma saída. Nos anos 40, o filho de um chefe (Soba Umbundu) fora apreendido sem sua guia. Ball lembra que os sobas e suas famílias não eram contratados para trabalhos forçados, mas sem poder provar sua identidade, o jovem Augustinho Kachitopolola foi deportado (aproximadamente nos anos 30, com 17-18 anos) e trabalhou na roça chamada Boa Entrada durante nove anos.

Esse trabalho em São Tomé era escravidão. Eu não queria ir, mas por causa do branco [governo oficial], fui enviado para São Tomé porque não estava com minha guia de circulação ... na plantação [Boa Entrada] plantei cacau, bananas, cocos, e depois colhia cada um, apanhando muitas chicotadas [chicotata] misturado.... Eu também tive que cavar buracos para plantar as árvores de cacau, este foi certamente um trabalho de escravos ... como foram todos aqueles que foram vendidos em Catumbela e enviados para São Tomé, e eu era um deles. Eu trabalhei aproximadamente oito anos e sete meses até que uma ordem veio para libertar todos os escravos, todos aqueles que tinham sido vendidos como escravos, agora tinham de ser devolvidos às suas terras de origem. Assim, o governo enviou navios para nos levar para casa¹⁷.

O relato de Augustinho nos fornece informações valiosas sobre as tarefas exigidas pelos capatazes. Sua definição do trabalho escravo surge a partir de sua experiência do contrato mostrando, ao mesmo tempo, a vulnerabilidade do sujeito sem identidade oficial e que provavelmente o condenaria ao desterro indeterminado. No entanto, o entrevistado menciona

“uma lei”. Não foi possível contextualizar o momento em que essa lei foi adotada e a que lei o jovem se refere, mas não parece tratar-se de uma lei específica sobre repatriamento. Na representação que o entrevistado tem do trabalho escravo, entendo que não só os maus-tratos (as chicotadas), mas também a dureza de determinadas tarefas (como cavar buraco) são critérios que definem o trabalho como trabalho escravo. Por fim, a volta do jovem Augustinho à terra natal demonstra que (por vezes) o governo local ou a Curadoria Geral de São Tomé conseguiam fazer respeitar a cláusula do repatriamento, mas que exigia apenas o pagamento da viagem até o porto de embarque. Caso a região de origem fosse distante do porto, o retornado teria que arcar com as despesas da viagem.

É com outra narrativa de viagem para o contrato que encerro esse artigo. António Vaz Cabral (1926-), artista cabo-verdiano, se destacou no arquipélago, principalmente nos anos 70, por seu estilo e empenho em uma área musical que costuma ser regida por mulheres: o *finacon* e *sambuna*. Segundo Pina (2007, pp.25-27), Denti D'Oro (seu nome artístico) é um dos únicos representantes masculinos do *finacon* nessa época. Pina (*ibid*, p.26) explica que Denti D'Oro escolheu retratar nas suas composições um mundo rural da ilha de Santiago. Nesse mundo: “(...) os camponeses que tentam, mas nem sempre conseguem, ser agricultores transformam-se em pedreiros, operários das obras públicas e o que for possível para sobreviver, como ele foi fazendo desde que, com cerca de 10 anos, deixou a escola (...)”. A música interpretada como representação local sobre trabalho forçado é um *sambuna-finacon* cantado por N'Denti D'Oro. Segundo Pina (2007, p. 20, *apud* Silva), *sambuna* é uma modalidade mais conhecida em Cabo Verde como batuque. “O que importa no *sambuna* é o ritmo” que convida o público a um momento de diversão. “O *sambuna* desperta energia, funciona como tubo de escape de emoções e sentimentos.” (PINA, 2007, p.20). Com o “pan-pan”, som produzido pelas batidas das mãos em sacolas cheias de plástico colocadas entre as coxas, começa o batuque. N'Denti D'Oro inicia o seu canto com um lamento, e em seguida entoa uma crônica da vida de um trabalhador. O cantor/intérprete inicia com um lamento, “Oh! Minha mãe, Oh! Minha mãe!”, e se apresenta como Ntóni Denti D'Oro. Com base na sua experiência sofrida de camponês, ele se dirige aos seus conterrâneos evidenciando os laços de afeto e o compartilhamento do sofrimento. Por sua vez, o *finacon* é um canto improvisado que tem como objetivo não a dança, e sim uma mensagem específica. O canto deve ser apreciado ao som das palmas. No *finacon* “pode encontrar um encadeamento de mensagens, ensinamentos sobre a Bíblia, a vida, a maneira de estar e de se comportar na sociedade, e também de criticar aqueles que não vivem conforme ..., ou seja, que não vivem direito. Estas mensagens encontram-se ligadas de forma artística” (PINA, 2007, p.21 *apud* Varela).

Ao fazer alusão à sua experiência de migração para São Tomé, Ntóni descreve o método de recrutamento. “Me mostraram a casa de Fernando de Sousa/ para ir para o sul/ Dei meu nome e colocaram no papel / porque na nossa terra não tem nada/ Ele me disse você é tão

pequeno, não posso te enviar para o contrato. Ele pediu o nome da minha mãe, do meu pai, e escreveu meu nome no papel/ Me enviou para São Tomé¹⁸. A casa de Fernando de Sousa se refere à agência de recrutamento dos trabalhadores cabo-verdianos. O cantor se refere ainda aos nomes dos contratados colocados no papel, a contratação infantil, o “sul” como terra de desterro e a razão da contratação. A composição é improvisada e alterna sequência lógica que conta a contratação seguida de ditados e improvisos. Em seguida, Denti D’Oro faz uma descrição rara sobre a vulnerabilidade das mulheres cabo-verdianas enviadas para São Tomé e Príncipe, vítimas de estupro por parte de seus patrões: “o patrão mandou me chamar”. (...) Não tendo justiça no sul, a contratada sequer pode apresentar queixa à Curadoria Geral dos Indígenas”, já que provavelmente esse tipo de queixa era desconsiderado pelos serviços responsáveis. Guiado pela emoção, pela força do ritmo, Ntóni faz um depoimento vibrante e transmite com muita força a perversidade do sistema de trabalho forçado em que os mais vulneráveis são as primeiras vítimas do regime colonial¹⁹.

O que esses diversos documentos oriundos de fontes escritas e orais têm em comum? A heterogeneidade dos documentos permite, a meu ver, elaborar um retrato mais complexo do funcionamento do sistema de trabalho laboral coercitivo em São Tomé e Príncipe. Neles são construídas diversas representações sobre o trabalho forçado, fenômeno denso, complexo e violento. Inscrevo esses documentos em um *corpus* em que nenhuma dessas fontes tem primazia sobre as outras. Assim sendo, considero que, além das práticas e do sistema de trabalho forçado em si, as representações construídas pelos diversos atores e agentes sociais que faziam parte desse sistema são essenciais na tentativa em rememorar fatos do passado que já se inscreveram nos imaginários locais, nas subjetividades dos trabalhadores, dos agentes coloniais persuadidos a cumprir sua missão civilizatória.

Notas

¹ Dedico esse artigo a Beatriz Ribeiro, artista que tanto amou a vida e que tanto me inspirou e me inspira a viver a vida de forma colorida. Agradeço ainda a leitura minuciosa de Norberto Ferreras e suas sugestões.

² Entre outros podemos citar: poemas, músicas, expressões e ditados populares, circulares confidenciais, entrevistas, transcrições de entrevistas realizadas por outros pesquisadores.

³ Para maiores informações e análises, consultar por exemplo, GUNVOR, Jónsson, KERILYNG, Schewel, CARLING jorgen.

⁴ Uso em alternância as expressões trabalho escravo e trabalho forçado por serem as expressões utilizadas pelos atores sociais. Não procuro aqui ter uma discussão moral sobre essa questão.

⁵ As fontes utilizadas para conhecer o olhar dos trabalhadores contratados são trechos de

entrevistas realizadas com trabalhadores, músicas e poemas de artistas Cabo-verdianos, documentos escritos e relato para conhecer a voz dos agentes coloniais através da Curadoria Geral.

⁶ As referências culturais incluem provérbios, palavras atribuídas ao contrato ou à mobilidade forçada, expressões usuais que são utilizadas não só pelos trabalhadores mas também pelos membros da sociedade de origem ou “os que ficaram”.

⁷ A noção de subjetividade pode ser associada ao conceito criado por Guattari. Ao me apropriar da noção desenvolvida pelo filósofo francês, procuro sinalizar a pluralidade das representações que nos permitem desconstruir divisões clássicas porém simplórias como migrantes e os que permanecem nas ilhas de Cabo Verde. Sem assumir a perspectiva psicanalítica da noção, me apoio nas explicações do autor sobre o processo de subjetivação na poesia, em que a subjetividade é “criadora”. No

meu entendimento, essa “subjetividade criadora” valoriza a função do/da poeta(isa) ou escritor(a) (amador/a ou profissional) que escreve um poema, pensando no seu leitor. Quem escreve, apropria-se “da palavra sonora, de sua musicalidade, de suas significações de suas ligações verbais, de seus aspectos *entonativos*, emocionais, *volitivos*, mas, inspira-se dos afetos partilháveis por todos.

⁸ Vale destacar os trabalhos de Beatrix Heintze (2005) que reconstruiu histórias de vida de carregadores África centro-ocidental a partir de entrevistas realizadas com seus descendentes; A análise de Keith Breckenridge (2000) sobre cartas escritas por trabalhadores migrantes. Os contos e cantos populares do Senegal que constroem representações sobre trabalho forçado no Senegal (Babacar Fall, 1993); e A dança Makwayela, cantada por trabalhadores moçambicanos filmada pelo Jean Rouch (1977).

⁹ Agradeço as valiosas sugestões de Norberto Ferreras ao citar Raymond Williams com sua proposta de “estrutura de sentimentos” e Bronislaw Baczko com o conceito de “comunidade de sentidos” e suas explicações sobre a função das produções imaginárias. Por não ter lido esses autores, não posso estabelecer – nesse artigo – um diálogo com a expressão do Appadurai e sua comunidade de sentidos, mas creio que isso poderá ser feito em trabalhos futuros.

¹⁰ Entre 1894 e 1903, a sua produção cacaueteira teve uma taxa de crescimento anual de 15,5% (contra 1,9 do Equador e 8,8 do Brasil).

¹¹ Termo utilizado para a compra de indivíduos escravizados

¹² Governo da província de São Tomé e Príncipe, Curadoria Geral dos Trabalhadores Indígenas, n. 1264, circular confidencial, assinada F. Penteado.

¹³ **Império ultramarino português: monografia do império.** Com Carlos Selvagem, 4 vols., Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1950-1953). Vol. II (1951): Guiné (continuação); S. Tomé e Príncipe. O “relato de 1947” é mais conhecido pelas denúncias feitas em relação a Angola e Moçambique e refere especificamente a uma descrição de uma viagem de inspeção realizada em Angola e que seria posteriormente apresentada na Assembleia Nacional – como deputado por Angola –em sessão secreta. Nesse, Galvão denuncia a corrupção, o suborno dos patrões. Acusam os patrões de resistirem às propostas de melhorias em termos de condições de trabalho ou salários. Denuncia a prática de maus tratos (exemplo: castigo corporal, ausência proposital de assistência médica), abusos, deslocamentos forçados, desprezo absoluto. Este documento foi publicado em sua obra de dissidente, já de memórias sobre a Operação Dulcineia em 1961, “O Assalto a ‘Santa Maria’”, sob o título “Relatório sobre problemas nativos nas colônias portuguesas”.

¹⁴ Entre elas, podemos citar a *Convenção (n.29) sobre trabalho forçado ou obrigatório de 1930*, a *Convenção (n. 104) sobre a abolição das Sanções Penais no Trabalho Indígena em 1955*, a *Convenção de Abolição do Trabalho Forçado (n.105)*, em 1957 adotadas pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho.

¹⁵ Pretendo retrabalhar essa noção em futuras pesquisas. Ball sugere que existe diferenças gritantes de gênero que devem ser analisadas e apresenta no seu artigo depoimentos de homens e depois de mulheres. Pela minha experiência, essa diferença não se fez tão gritante.

¹⁶ Fato mencionado por alguns entrevistados em São Tomé e Príncipe que afirmaram que para sair da roça precisavam apresentar um livre passe.

¹⁷ A entrevista foi realizado por Ball com o rei Augustinho Kachitiopololo em 12 de abril de 2006 e traduzida em inglês. Não tive acesso à entrevista em português. A tradução é de minha autoria. “That work on São Tomé was slavery. I did not want to go, but because of the white [government official] I was sent to São Tomé for not having my passbook... on that plantation [Boa Entrada] I planted cocoa, bananas, coconuts, and later harvested each one, with sufficient whippings [chicotata] mixed in.... I also had to dig holes in which to plant the cocoa trees, this was surely the work of slaves... as were all of those who were sold in Catumbela and sent to São Tomé, and I was one of them. I worked roughly eight years and seven months until an order came down to liberate all of the slaves, all those who had been sold as slaves, now had to be returned to their lands of origin. Thus the government sent ships to carry us home”.

¹⁸ Oia oia, nha mai nha mai (...)/ Nhós mandan txabeta di bolta/ Ami ki é Ntóni Denti d’Oro Djan bedju n’ka bali más/ Homi feiu galanti/ Son kumpridu kadera baxu/ Pé moda tranka simitêri / Boka moda kusa koba txon / Odju moda lua tras di kutelu / Naris moda sinu dia dimingu/ N’ten fastiu di kel homi / Ki nen si kombersu n ka ta kré obi/ Ami sin manda Pedru ka Guiné / Guiné txon di kafé/ Guiné txon di dinheru/ N’skrebel ku babu di nha boca/ N’fla ô homi
Nhu mostran kasa Fernandi Sosa/ Pan bá santa nomi na papel/ Pan bá sul / Pamo nos tera ka teni nada/ É flan o mininu bó é tantu pikinoti/ N’ka ta pobu na kontratu/ É pidin nomi di nha mai/ É pidin nomi di nha pai/ É pon nomi na papel / É mandan povu San Tumé/ Oi mai oi mai (...)
Ami sima n’odja un lantxa sai lá/ Mediatu subi é djobén (bis 2X). Trecho da Transcrição de Domingas da Costa Pina (2007, p.35)

¹⁹ Vale ressaltar que, embora, os dois artistas mencionados nesse texto sejam homens, existe uma extensa literatura escrita por mulheres que versa sobre o tema da migração em geral e mais diretamente da migração para o sul. Consultar por exemplo a tese de Pedro Manoel Monteiro sobre as obras de autoras cabo-verdianas.

Referências Bibliográficas

- APPADURAI, Arjun. **Après le Colonialisme**: Les Conséquences Culturelles de la globalisation. (Translation of Modernity At Large) Paris: Payot, 2005.
- ARTHUYS (D'), Jean e ROUCH, Jean. Makwayela. Curta mentragem, 18 minutos, 1977. Production: CNRS/CFE.
- BALL, Jeremy. "'I escaped in a coffin': remembering Angolan forced labor from the 1940s". In: **Cadernos de Estudos Africanos**, 9/10, 2005-2006, pp. 89-114.
- BRECKENRIDGE, Ken. "Love letters and amanuenses: Beginning the cultural history of the working class private sphere in southern Africa, 1900-1933". In: **Journal of Southern African Studies**, 26 (2), 2000, pp.337-348.
- BERTHET, Marina. "Nho Manuel, un immigré capverdien dans les plantations de São Tomé et Príncipe". In: **Latitudes**, n.36. Octobre 2009, pp.31-34.
- _____. "Emigração cabo-verdiana em São Tomé e Príncipe (1940-1970): uma apropriação do tempo e dos espaços". In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, julho 2011. Disponível in: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300891978_ARQUIVO_EmigracaoCaboVerdianaemSaoTomeePrincipe.pdf
- _____. "Reflexões sobre as roças em São Tomé e Príncipe". In: **Estudos Históricos**. v. 25, n. 50, 2012, pp. 331-351.
- BRITO, M.. **Breves Apontamentos sobre as Formas Musicais existentes em Cabo Verde**. [s./i.], 1998, p. 6.
- CANUT, Cécile e MAZAUURIC, Catherine. **La migration prise aux mots**. Mise en récits et en images des migrations transafricaines. éd. par Cécile CANUT et Catherine MAZAUURIC. Pari : Le Cavalier bleu, [s./d.], pp. 91-110.
- CAPELLA, José. **O Escravidão colonial em Moçambique**. Porto: Afrontamento. 1993.
- _____. **O tráfico de escravos nos portos de Moçambique**. Porto: Afrontamento. 2002.
- CARLING, Jorgen; ERDAL, B., Marta e EZZATI, Rojan. "Beyond the insider-outsider divide in migration research", In: **Oxford Journals, Social Sciences, Migration Studies**, Vol. 2, Issue 1, [s./d.], pp. 36-54.
- CARLING, Jorgen. "Migration in the age of involuntary immobility: Theoretical reflections and Cape Verdean experiences". In: **Journal of Ethnic and Migration Studies**, 28(1), 2002, pp. 5-42.
- CARREIRA, António. **Migração nas Ilhas de Cabo Verde**. [s./i.], Lisboa, 1983.
- CIDRA, Rui. (2002). " 'Ser Real': o rap na construção de identidades na Área Metropolitana de Lisboa". In: **Ethnologia**, Nova Série, [s./d.], pp.189-222.
- _____. " 'Pa ba buska bida'. Funaná, transnationalism and the places of experience". In: E. S. f. Ethnomusicology (Ed.), **European Society for Ethnomusicology**. Lisboa, Reitoria da FCSH-UNL, 2007.
- CISSÉ. Chikouna. **Migrations et mise en valeur de la Basse Côte d'Ivoire (1920-1960)**. Les forçats ouest-africains dans les bagnes éburnéens. Paris: L'Harmattan, 2013.
- ECKERT, Andreas. "Slavery in Colonial Cameroon, 1880s to 1930s". In: **Slavery & Abolition**, 19(2), 1998, pp. 133-148.
- FALL, Babacar. **Le travail forcé en Afrique occidentale française (1900-1946)**. Paris: Karthala. 1993.
- _____. **Le travail au Sénégal au XX ème siècle**. Paris: Khartala. 2011.
- GOVERNO GERAL DA PROVÍNCIA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. CURADORIA GERAL DOS TRABALHADORES INDÍGENAS. Circular confidencial. N. 1086/5. 7 de agosto de 1929, p. 1.
- GUATTARI, Felix. "Da produção de Subjetividade". In: PARENTE, A. (Org.). **Imagem-Máquina**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. pp. 177-191.
- GUNVOR, Jónsson. "Non migrant, sedentary. Reflections on the absence of migration". In: **IMI Working Papers**, Series 2011, n° 39, [s./d.], pp.1-17.
- HEINTZE, Beatrix. **Pioneiros Africanos**. Caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (1850-1890). Lisboa: Editorial Caminho, Coleção Estudos Africanos, 2005.

KEESE, Alexander. "The Slow Abolition within the Colonial Mind: British and French debates about 'vagrancy', 'African laziness', and forced labour in West Central and South Central Africa, 1945–1965". In: **International Review of Social History**, 59(3), 2014, pp. 377–407.

KERILYN, Schewel. "Understanding the Aspiration to Stay: A Case Study of Young Adults in Senegal". In: **IMI Working Papers Series**, nº 107, 2015, pp. 1–37.

MOHAPATRA, Prabhu P.. "Eurocentrism, Forced Labour, and Global Migration: A Critical Assessment". In: **International Review of Social History**, 52(1), 2007, pp. 110–115.

MONTEIRO, Pedro Manoel. **Caminhos da ficção na obra de Orlanda Amarílis, Ivone Aida e Fátima Bettencourt**. São Paulo: Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas. Universidade de São Paulo, 2013.

NASCIMENTO, Augusto. **O sul da diáspora. Cabo-verdianos em plantações de S. Tomé e Príncipe e de Moçambique**. Praia: Edição da Presidência da República de Cabo Verde, 2003.

_____. "A crise braçal de 1875 em S. Tomé". In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, nº34, 1992, pp. 317–329.

_____. "Escravidão, trabalho forçado e contrato em S. Tomé e Príncipe nos séculos XIX–XX: sujeição e ética laboral". In: **Africana Studia**, nº7, Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2007.

OLIVEIRA, João Nobre de. **A Imprensa Cabo-verdiana (1820/1975)**, Macau: Fundação Macau, 1998.

PORTELLI, Alessandro. "The Peculiarities of Oral History". In: **History Workshop**, nº. 12, Autumn 1981, p. 97.

PINA, Domingas da Costa de. **Ntóni Denti D'Óro, "O Rei do batuque"**. Licenciatura em estudos cabo-verdianos e portugueses. Instituto superior de educação palmarejo, Santiago, Cabo Verde, 2007.

ROCHA. **O contratado na poesia caboverdiana**. Universidade de Cabo Verde. Departamento das Ciências Sociais e Humanas, 2010.

SANTOS, Maciel. "Trabalho forçado na época colonial: um padrão a partir do caso português". In: Ricardo Rezende Figueira, Adonia Antunes Prado, e Edna Maria Galvão. **Privação de Liberdade ou Atentado à dignidade: escravidão contemporânea**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013, pp. 417–431.

_____. "Trabalho forçado na época colonial – um padrão a partir do caso português?" In: **Hendu**, 4(1), 2014, pp. 9–21.

SEMEDO, Carla Indira Carvalho. **Ilusões do Contrato? Migrações sul-sul, evocações do tráfico, contranarrativas e socialidades dos cabo-verdianos nas roças de São Tomé e Príncipe**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS do Museu Nacional, 2016 (Tese de doutorado).

SILVA, Tomé Varela. **Finason di Nha Nasia Gome**. Praia: Instituto Cabo-verdiano de Livro, 1985.

TIQUET, Romain. "Migrations protestataires et résistance au travail force en AOF, 1900–1946". In: **Hommes & Migrations**, n.1307, 2014/3, pp. 166–169.

TORRES, Adelino. "Legislação do trabalho nas colónias africanas". In: **Reunião Internacional de História da África**, Relação Europa-África no 3º quartel do séc. XIX - Actas. Lisboa: Centro de estudos de história e cartografia antiga. Instituto de Investigação científica e tropical, 1989.

TOURÉ, Oussoubougly. "Le refus du travail force au Sénégal oriental". In: **Cahiers d'études africaines**, vol. 24, n. 93, 1984, pp. 25–38.

VAN DER LINDEN, Marcel. "História do Trabalho: o Velho, o Novo e o Global". In: **Revista Mundos do Trabalho**. 1(1), 2009, pp. 11–26.

ZAMPARONI, Valdemir. "Da Escravidão ao Trabalho Forçado: Teorias e Práticas". In: **Africana Studia**, 7, 2004, pp. 299–325.

Recebido em: 29/04/2016

Aprovado em: 20/05/2016